



## Eleitores têm direito de saber que prefeito de Londres teve um caso, diz corte

A Corte de Apelação da Inglaterra decidiu que a vida amorosa dos políticos é de interesse público. Em um julgamento anunciado nesta segunda-feira (20/5), o tribunal considerou que os eleitores têm direito de saber casos extraconjugais dos candidatos para decidir em quem votar. A decisão foi tomada em mais um escândalo envolvendo o atual prefeito de Londres, Boris Johnson, um dos políticos mais influentes e polêmicos do país.

Em julho de 2010, o tabloide *Daily Mail* publicou a notícia de que Johnson teve um breve relacionamento extraconjugal com a crítica de arte Helen Macintyre. Do relacionamento, nasceu uma criança, hoje com três anos. O prefeito é casado desde 1993 com Marina Wheeler, a primeira-dama de Londres. O tabloide ainda publicou fotos da criança e outras reportagens sobre o assunto.

De acordo com depoimentos prestados à Justiça, a paternidade do bebê foi revelada pela própria mãe. Durante uma festa, Helen teria contado o seu caso com o prefeito para Nicholas Coleridge, presidente da editora Condé Nast, responsável por publicações como a *Vogue*, *Vanity Fair* e *The New Yorker*. Os dois tinham acabado de se conhecer.

O processo para proteger a privacidade da criança foi movido pelo seu avô paterno. Ele pediu para a Justiça impedir o tabloide de falar sobre o caso. Em primeira instância, o pedido foi negado, mas o juiz considerou que o jornal tinha de pagar 15 mil libras (R\$ 45 mil) de indenização por invadir a privacidade da criança ao publicar fotos dela. O avô recorreu à Corte de Apelação, mas o julgamento foi mantido sem nenhuma alteração.

Os juízes de apelação consideraram que a atitude da mãe sobre manter em sigilo a paternidade da filha foi contraditória. Ela mesma revelou que o prefeito era o pai da criança para alguém que nem conhecia e que trabalhava na mídia. A corte também apontou que, mesmo depois da notícia sobre o seu caso com o prefeito, Helen aceitou dar uma entrevista para o tabloide, ignorando a orientação dos seus advogados.

A Corte de Apelação ressaltou a importância do respeito à privacidade da criança, mas avaliou que, nesse caso, é o interesse público que deve prevalecer. Para os juízes, saber que o candidato teve um caso extraconjugal pode influenciar na decisão dos eleitores.

Clique [aqui](#) para ler a decisão em inglês.

**Date Created**

21/05/2013